

**ATA DA 342ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE MAIO DE 2008.**

1
2
3
4 Aos vinte e seis e vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, os
5 membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala
6 de reuniões do edifício Sede no Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF.
7 Compareceram: o Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, e os Conselheiros: Adeildo
8 Nunes, Airton Aloísio Michels, Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Carlos Lélío Lauria
9 Ferreira, Carlos Weis, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Eleonora de Souza Luna,
10 Fernando Braga Viggiano, Geder Luiz Rocha Gomes, Gisela Maria Bester, Herbert José
11 Almeida Carneiro, Luís Guilherme Martins Vieira, Pierpaolo Cruz Bottini, Rogério Gesta
12 Leal e Valdirene Daufemback. A reunião teve a presença, ainda, da Sra. Silvia Escorel e
13 da Sra. Elza Pedroza, membros do Comitê de Meditação nas Prisões. Justificaram a
14 falta: o Conselheiro Cassio Castellarin e a Conselheira Christine Kampmann Bittencourt.
15 Na abertura dos trabalhos, o Presidente fez uso da palavra, desejando boas vindas a
16 todos. Em seguida, conduziu a posse dos novos membros, o Conselheiro Rogério
17 Gestal Leal, o Conselheiro Fernando Braga Viggiano, a Conselheira Gisela Maria Bestar
18 e a Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho. Dando continuidade, designou os
19 novos 1º vice-presidente, Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes, e 2º vice-presidente,
20 Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro. Propôs a abertura de câmaras de trabalho
21 para agilizar os trabalhos de processos relatados e votados. Com a palavra, o Dr.
22 Maurício Kuehne, Diretor-Geral do DEPEN/MJ, fez um apelo ao CNPCP, relatando que
23 dois estabelecimentos penitenciários federais prontos, um patrimônio de 60 milhões de
24 reais, têm a perspectiva de levar, mais ou menos, um ano para serem ocupadas, tendo
25 em vista as necessidades existentes para o seu funcionamento. A Presidência da
26 República determinou ao Ministério do Planejamento que empenhe todos os esforços,
27 visando suprir o DEPEN/MJ daquilo que é indispensável para o funcionamento das
28 unidades. A unidade de Mossoró/RN foi recebida, faltando os equipamentos, e unidade
29 de Porto Velho/RO, também, foi recebida. Pediu, então ao Conselho que faça um novo
30 expediente ao Senhor Ministro da Justiça e, também, ao Senhor Ministro do
31 Planejamento, diante desse quadro dramático, para que, tão logo, sejam implementadas
32 as duas unidades. Com a Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, teve-se um reflexo
33 imediato, de um ano para o outro, de vinte e seis mil presos, envolvidos em brigas e
34 rebeliões em 2006, o número caiu para seis mil em 2007. Dezenove unidades da
35 Federação já transferiram presos para o sistema, tendo, ainda, uma demanda que

36 ultrapassa quinhentos pedidos. Com a palavra, o Presidente do CNPCP, Dr. Sérgio
37 Salomão Shecaira, solicitou ao Dr. Maurício Kuehne que oficie ao Ministro da Justiça e
38 ao Ministro do Planejamento, encampando contra a postura do Ministério do
39 Planejamento. O Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro desejou boas vindas aos
40 novos conselheiros. Sugeriu que, além desses documentos, fossem ao gabinete do
41 Ministro da Justiça, em caráter de urgência, o Presidente do CNPCP, acompanhado do
42 Dr. Maurício Kuehne, para reforçarem o pedido, não criando uma situação de
43 indisposição com o Ministério do Planejamento. O Presidente do CNPCP, Dr. Sérgio
44 Salomão Shecaira, solicitou à Secretária do Conselho que agende uma audiência com o
45 Dr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, para
46 o dia seguinte, em caráter emergencial. Na fase das **comunicações**, o Presidente do
47 CNPCP fez saber sobre a reportagem da Folha de S. Paulo, informando que apenas 9
48 % das presas têm visitas íntimas, matéria essa calcada em dados do DEPEN/MJ,
49 salientando que essas informações são uma verdadeira orientação. Destacou as
50 diferenças existentes entre homens e mulheres presos, que produzem algumas
51 assimetrias no contexto do encarceramento feminino. Noticiou o III Encontro da Mulher
52 no Sistema Penitenciário, a realizar-se nos dias cinco e seis de junho, na cidade de São
53 Paulo, na Associação dos Advogados de São Paulo. Comunicou sua presença no dia
54 seis, pois, no dia cinco, estará em Porto Alegre/RS em uma das audiências públicas do
55 CNPCP. Sugeriu a formação, no Conselho, de uma comissão de gênero para a questão
56 do problema carcerário, onde ocorreriam debates e modificações de lei, como, por
57 exemplo, uma garantia mais ampla para a amamentação. Lembrou que isso fica a
58 critério do Estado. No Estado do Rio Grande do Sul, o governo estabeleceu o limite de
59 três anos. Em compensação, em estados, como o Estado de São Paulo, permanece o
60 limite de quatro meses por analogia a licença maternidade estabelecida pela
61 Constituição Federal. A partir dessa idade, o encaminhamento da criança, quando não
62 ao pai, aos avós. Quando da impossibilidade disso acontecer, a uma instituição, o que
63 talvez seja complicado, uma vez que a Organização Mundial de Saúde estabelece e
64 sugere o prazo mínimo para amamentação de seis meses. Pediu ao Conselheiro Airton
65 Aloísio Michels que abasteça o Conselho de dados referentes ao Estado do Rio Grande
66 do Sul para que subsidiem a comissão. Sugeriu que as Conselheiras Gisela Maria
67 Bester e Valdirene Daufemback pensem nessa questão específica de gênero, e que a
68 Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho integre a comissão, na parte da tarde,
69 juntamente com a sua presença. Com a palavra, o Dr. Maurício Kuehne relatou a notícia
70 da Folha de S. Paulo referente a este trabalho realizado em todos os estabelecimentos

71 com mulheres presas, exceto em cadeias públicas, consolidando todos os dados. O
72 Presidente Sérgio Salomão Shecaira pediu ao Conselheiro Carlos Eduardo Adriano
73 Japiassú um breve relatório sobre a 1ª Jornada Franco-brasileira de Direito Penal que
74 será realizado nos dias quatro, cinco e seis de novembro, da qual participará. O
75 Conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú disse que esse trabalho tem por
76 finalidade fazer um encontro de excursão de matéria de Execução Penal entre Brasil e
77 França. Com a palavra, o Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes propôs que se
78 agreguem nomes para as alternativas penais ou uma mesa própria com espaço para se
79 discutir as questões das penas alternativas. O Presidente do CNPCP aprovou a
80 proposta. Em seguida, a Sra. Silvia Scorel e a Sra. Elza Pedroza, ambas do Comitê de
81 Meditação nas Prisões, apresentaram o Projeto VIPASSANA nas Prisões. O
82 Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro expôs a sua experiência com monges em
83 Minas Gerais e perguntou o custo deste projeto. O Presidente Sérgio Salomão Shecaira
84 solicitou aos Conselheiros Adeildo Nunes e Herbert José Almeida Carneiro a
85 possibilidade de aplicarem essa experiência nos seus Estados e, posteriormente,
86 apresentarem um relatório do treinamento efetivado. Pediu, também, ao funcionário
87 Kizio Makicélio da Silva Sousa, que tem experiência na área de meditação, para pensar
88 sobre o assunto. Com a palavra, o Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes discursou
89 sobre o IV Congresso Nacional de Execução de Penas Alternativas, da CONAPA, sua
90 importância desde a sua criação no Conselho, o qual se realizará nos dias 30 de junho e
91 01,02 de julho, na cidade de Manaus/AM, convidando a todos. Comunicou, também, a
92 aprovação da Lei nº 11.042, de maio de 2008, do Estado da Bahia, criando dez Centrais
93 de Penas Alternativas no Estado, acopladas a Central Estadual, criada no final do ano
94 passado. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis parabeniza os novos conselheiros,
95 deixando como sugestão que, no próximo evento, as Defensorias Públicas sejam
96 lembradas. Com a palavra, a Conselheira Valdirene Daufemback informou que integrará
97 a Comissão Nacional dos Conselhos da Comunidade, a realizar-se em Porto Velho/RO,
98 nos dias 30 de maio e 1 de junho, com o apoio do DEPEN/MJ e da Ouvidoria do
99 Sistema Penitenciário/DEPEN/MJ. Com a palavra, o Presidente do CNPCP solicitou ao
100 Conselheiro Luís Guilherme Martins Vieira a retomada dos trabalhos, no sentido de
101 realizar uma reunião do Conselho na cidade do Rio de Janeiro, e, também, a realização
102 de visitas de inspeção nas unidades prisionais do Estado. O Conselheiro Luís Guilherme
103 Martins Vieira saudou a todos, comentando, em seguida, sobre a CPI do Sistema
104 Penitenciário, em andamento no Congresso Nacional, realizada no Rio de Janeiro/RJ,
105 na qual compareceu, representando o CNPCP. Foi comunicado, na época, que os

106 trabalhos da CPI serão concluídos em breve. Sugeriu a designação de um membro do
107 CNPCP, talvez o próprio presidente, para a CPI do Sistema Carcerário, pois o Conselho
108 não pode ficar fora desse processo. O Conselheiro Luís Guilherme Martins Vieira
109 comunicou que recebeu o convite do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da
110 Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no qual levou algumas publicações
111 do CNPCP e, também, pareceres dos Conselheiros Carlos Eduardo Adriano Japiassú,
112 Carlos Weis e Pierpaolo Cruz Bottini para serem discutidos. Na ocasião, conversou com
113 os Defensores do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Luís Roberto Barroso e Dr. Miguel
114 Reale Júnior, numa tentativa de evitar que a Lei do Monitoramento Eletrônico vigore no
115 Estado. Acredita que o CNPCP possa manifestar-se a respeito da inconstitucionalidade
116 da Lei nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Com a palavra, o Presidente do
117 CNPCP comenta sobre as questões do monitoramento eletrônico, sua
118 inconstitucionalidade, inclusive disse que já se manifestou publicamente a respeito,
119 dizendo que a Assembléia Legislativa do Estado não pode legislar sobre Direito Penal
120 e/ou Processual Penal. Informou que recebeu, por *e-mail*, a Lei Estadual nº
121 12.906/2008, do Governo do Estado de São Paulo, que estabelece o monitoramento
122 eletrônico de sentenciados, solicitando a Conselheira Gisela Maria Bester a emitir
123 parecer para a próxima reunião. Disse que o pacote de segurança foi votado e aprovado
124 pela Câmara Legislativa. Lembrou que se deve providenciar a colocação no *site* do
125 CNPCP das traduções dos artigos sobre o monitoramento eletrônico, tão logo estejam
126 prontas. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu que o CNPCP peça a opinião sobre o
127 assunto ao Deputado Flávio Dino. Aprovada a sugestão, o Presidente do CNPCP
128 informou que fará uma visita ao Deputado Flávio Dino, na qual expressará o modo de
129 pensar do Conselho. Com a palavra, o Conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini sugeriu ao
130 Conselho fazer uma análise, em todos os Estados, a respeito da lei do monitoramento
131 eletrônico. O Presidente do CNPCP propôs ao Conselheiro Carlos Weis relatar a sua
132 experiência na questão do monitoramento eletrônico. Com a palavra, o Conselheiro Luís
133 Guilherme Martins Vieira referiu-se ao *e-mail* recebido pelo Conselheiro Carlos Weis,
134 advertido, na última reunião, pelo Conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini, a respeito da Lei
135 nº 11.671, sobre transferência de presos. O CNPCP já se posicionou de que não pode
136 ser lei ordinária e, sim, emenda constitucional. Questionou se a Secretaria do Conselho
137 encaminhou ofício a OAB e a Procuradoria Geral da República. Com a palavra, o
138 Presidente do CNPCP relatou a sua presença em reunião com o Governador do Estado
139 de Pernambuco, Eduardo Campos, e todo o seu secretariado, na qual discutiram o
140 grave problema do Presídio Aníbal Bruno. Posteriormente, reuniu-se com o Ministro da

141 Justiça, Tarso Genro, com o Governador Eduardo Campos e com o Diretor-Geral do
142 DEPEN/MJ, Maurício Kuehne, onde foi apresentado o novo projeto do Presídio Aníbal
143 Bruno e pode-se opinar sobre o mesmo, realizando-se um protocolo de intenções. Com
144 a palavra, o Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro discursou sobre a realização de
145 um evento de grande porte na Associação dos Magistrados Brasileiros, no fim do ano,
146 uma parceria com o Ministério da Justiça, onde querem trabalhar com o custo social e a
147 prisão. Disse que pretendem, no ano que vem, realizar a Conferência Nacional de
148 Segurança Pública. Dando continuidade à reunião, o Presidente do CNPCP divulgou o
149 resultado do XI Concurso Nacional de Monografias do CNPCP, realizado em 2007, sob
150 o tema “Penas Mais Rígidas: Resolve?”, Prêmio Prof. Aníbal Bruno. Em 1º lugar –
151 Cláudia Silva Scabin; em 2º lugar – Emanuella Melo Tavares Cavalcanti; em 3º lugar –
152 Gustavo Osna; em 4º lugar (Menção Honrosa) – Danilo Cymrot e em 5º lugar (Menção
153 Honrosa) – Mateus Castriani Quirino. Informou que a premiação será na próxima
154 reunião. Em seguida, o Presidente do CNPCP solicitou a definição do tema para o XII
155 Concurso Nacional de Monografias do CNPCP, juntamente com o homenageado,
156 prêmio e data de entrega. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu como tema as Novas
157 Tecnologias de Controle Social ou, então, Controle da Execução Penal. O Conselheiro
158 Rogério Gesta Leal questiona a possibilidade de relacionar o tema eleito à existência de
159 fontes de consultas e pesquisas, alertando o grau de dificuldade de acesso às fontes em
160 relação aos estudantes de graduação. Com a palavra, o Conselheiro Luís Guilherme
161 Martins Vieira expressou se não seria a oportunidade do Conselho deliberar, não só
162 mais um trabalho de monografias destinado somente aos estudantes de direito e áreas
163 afins, mas poder possibilitar, também, a premiação de trabalhos de profissionais,
164 criando uma segunda categoria no concurso. O Presidente do CNPCP sugere acatar a
165 sugestão do Conselheiro Carlos Weis, tentando ampliá-la acolhendo a proposta do
166 Conselheiro Rogério Gesta Leal. Com a palavra, a Conselheira Gisela Maria Bester
167 sugeriu como tema, algo na questão de gênero. O Conselheiro Fernando Braga
168 Viggiano manifestou interesse na questão sanitária nos presídios. A Conselheira
169 Eleonora de Souza Luna sugeriu o desdobramento dos temas: uma categoria para
170 profissionais com temas novos e bibliografia ampliada e uma categoria para estudantes
171 de graduação com um tema de direito material de fácil pesquisa. A Conselheira
172 Valdirene Daufemback achou interessante o desmembramento das categorias, porém
173 sob o mesmo tema. O Conselheiro Rogério Gesta Leal trouxe como contribuição a
174 criação de um diferencial na regulamentação do concurso, para os profissionais a
175 exigência de uma abordagem propositiva e para os estudantes uma finalidade pública

176 de estimular a reflexão da comunidade acadêmica. O Conselheiro Carlos Weis salientou
177 que o Conselho deve criar, com os trabalhos recebidos, um banco de dados de boas
178 práticas a incorporar e difundir. Encerrada as discussões, o Presidente do CNPCP
179 encaminhou a votação. Primeiramente, votou-se pelo desdobramento do concurso em
180 duas categorias: profissional e graduandos de nível superior. Aprovado por maioria.
181 Voto contrário do Conselheiro Adeildo Nunes. Em seguida, pela premiação de R\$
182 10.000,00 para o 1º lugar na categoria profissional e R\$ 8.000,00 para o 1º lugar na
183 categoria graduandos de nível superior. Com menção honrosa para os 2º e 3º lugares
184 de ambas as categorias. Aprovado por maioria. Voto contrário da Conselheira Valdirene
185 Daufemback. Por último, votaram-se os temas para o XII Concurso e Monografias. Para
186 a categoria Profissional, o tema Novas Tecnologias de Controle Penal, e para a
187 categoria graduandos de nível superior, O Encarceramento Feminino na Perspectiva de
188 Gênero. Aprovado, à unanimidade. Decidiu-se que a entrega do prêmio será no dia 30
189 de março de 2009 e o homenageado o Dr. Augusto Thompson. Em seguida, procedeu-
190 se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo nº
191 08037.000186/2007-76. Assunto: Parecer formulado pelo Conselheiro Daniel de
192 Resende Salgado do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás. Parecer da
193 Conselheira Eleonora de Souza Luna: pelo arquivamento. Aprovado, à unanimidade. **2)**
194 Processo nº 08037.000091/2008-33. Assunto: Relatório de Atividades Desenvolvidas
195 pelo Conselho Penitenciário do Estado de Goiás, exercício 2007. Parecer da
196 Conselheira Eleonora de Souza Luna: vota no sentido de ser oficiado ao Conselho
197 Penitenciário do Estado, a fim de ser remetido os relatórios das visitas de inspeção
198 citadas no Relatório de Atividades. Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo nº
199 08037.000068/2007-68. Assunto: Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo Conselho
200 Penitenciário do Estado do Paraná, exercício 2006. Parecer do Conselheiro Carlos
201 Weis: pela aprovação. Aprovado, à unanimidade. **4)** Processo nº 08037.000075/2006-
202 89. Assunto: Visita de interlocutores do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC,
203 manifestando o interesse na cessão dos direitos autorais e fotolitos dos Manuais dos
204 Direitos dos Presos e das Presas. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: entende
205 necessária a oitiva da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça a respeito da
206 matéria. Aprovado, à unanimidade. **5)** Processo nº 08016.004071/2007-07. Assunto:
207 Relatório de visita de inspeção realizada no 11º Distrito Policial em Curitiba/PR. Parecer
208 do Conselheiro Carlos Weis: pelo envio de ofício ao Conselho Penitenciário do Estado
209 do Paraná, para que informe se houve alteração da situação relatada no Of. nº 0577/07,
210 referente à superlotação do estabelecimento. Caso contrário, solicita a realização de

211 visita de inspeção por parte do CNPCP. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo nº
212 08016.002940/2007-51. Assunto: Relatório de visita de inspeção realizada no 7º Distrito
213 Policial de Curitiba/PR. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: incumbe parabenizar a
214 atuação do órgão. Aprovado, à unanimidade. **7)** Processo nº 08016.002059/2008-31.
215 Assunto: Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário do Estado
216 do Piauí, exercício 2007. Parecer da Conselheira Valdirene Daufemback: solicitar
217 informações adicionais ao Conselho Penitenciário do Estado de Piauí. Aprovado, à
218 unanimidade. **8)** Processo nº 08037.000094/2008-77. Assunto: Relatório de visita
219 realizada à Unidade Prisional Centro de Detenção Provisória I, em São Paulo/SP.
220 Parecer do Conselheiro Sérgio Salomão Shecaira: dar ciência aos Conselheiros Herbert
221 José Almeida Carneiro e Carlos Eduardo Adriano Japiassú. Elaborar portaria,
222 designando uma comissão para realizar visita de inspeção às penitenciárias do Estado
223 de São Paulo. Aprovado, à unanimidade. **9)** Processo nº 08016.002801/2008-16.
224 Assunto: Portaria do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro – Dispõe
225 sobre a cerimônia solene de livramento condicional. Parecer do Conselheiro Airton
226 Aloísio Michels: Pelo arquivamento. Aprovado, à unanimidade. **10)** Processo nº
227 08016.006817/2006-28. Assunto: Denúncia que as penitenciárias do Estado de São
228 Paulo não garantem aos presos os seus direitos, estabelecidos na Lei de Execução
229 Penal. Parecer do Conselheiro Airton Aloísio Michels: tendo em vista que o Conselheiro
230 Carlos Weis realizou parecer e submeteu ao CNPCP, sugere o arquivamento. Aprovado,
231 à unanimidade. **11)** Processo nº 08037.000056/2008-14. Assunto: Disciplina de assunto
232 previsto em Lei e disposta regimentalmente. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne:
233 pela aprovação, editando-se Resolução e remetendo cópia ao DEPEN/MJ para
234 providências, assim como, a todas as Secretarias Estaduais incumbidas de gerir a
235 questão penitenciária. Aprovado, à unanimidade. **12)** Processo nº 08037.000066/2003-
236 45. Assunto: Criação de Comissão para estudos sobre os meios de comunicação.
237 Parecer do Conselheiro Sérgio Salomão Shecaira: tendo em vista a decorrência do
238 prazo de mais de quatro anos, entendo prejudicados os trabalhos. Pelo arquivamento.
239 Aprovado, à unanimidade. **13)** Processo nº 08001.002755/2006-44. Assunto: PLS nº
240 137/2006 – Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem
241 bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e
242 dá outras providências. Parecer do Conselheiro Sérgio Salomão Shecaira: tendo em
243 vista que o processo já foi votado, remetê-lo ao arquivo. Aprovado, à unanimidade. **14)**
244 Processo nº 08037.000112/2007-30. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho
245 Penitenciário do estado de Santa Catarina, exercícios de 2004, 2005 e 2006. Parecer do

246 Conselheiro Carlos Weis: Propõe o encaminhamento de ofício ao Conselho
247 Penitenciário do Estado de Santa Catarina, cobrando o relatório do ano de 2007, no
248 formato preconizado pelo CNPCP, assim como notícias minuciosas da situação
249 penitenciária do Estado, notadamente quanto às visitas de inspeção, assistência aos
250 egressos e situação da assistência jurídica aos presos. Aprovado, à unanimidade. Após
251 a análise dos processos, o Presidente do CNPCP voltou a um assunto recorrente,
252 falando que o Conselheiro Carlos Weis enquanto Presidente do Conselho da
253 Comunidade da cidade de São Paulo faz sempre relatório das unidades prisionais
254 paulistas com muita crítica, então falou com os Conselheiros Herbert José Almeida
255 Carneiro e Carlos Eduardo Adriano Japiassú para agendarem visita de inspeção, no 2º
256 semestre, no Estado de São Paulo, juntamente com audiência pública do CNPCP.
257 Designou os Conselheiros Eleonora de Souza Luna, Christine Kampmann Bittencourt,
258 Fernando Braga Viggiano, Rogério Gesta Leal e Valdirene Daufemback para comporem
259 força tarefa para inspecionarem as penitenciárias do Estado de São Paulo. Disse que,
260 posteriormente, será pensado na mesma formação de força tarefa com as Conselheiras
261 Ela Wiecko Volkmer de Castilho e Gisela Maria Bester para o Estado do Rio de Janeiro.
262 O Presidente do CNPCP solicitou ao Conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini que agende
263 uma visita com o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, pois há um processo
264 oriundo de São Paulo, uma interdição feita pelo Juiz Cláudio Amaral, referente ao
265 excesso brutal de presos em alguns CDPs, objeto de instrução no CNPCP. O
266 Conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini sugeriu que se aproveitasse a visita ao Presidente
267 Gilmar Mendes para tratar de outras questões penitenciárias, para que se possa ter um
268 entendimento inicial e, posteriormente, a aprovação de convênio com o CNJ para troca
269 de informações. Nada mais existindo a ser tratado, o Presidente do CNPCP encerrou os
270 trabalhos, agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata,
271 redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

272

273

274

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA

275

Presidente do Conselho

276

277

Publicada no DOU de 08 de agosto de 2008 – Seção 1 – p. 40.